

DUAS DIREITAS NO ESPECTRO IDEOLÓGICO DOS PARTIDOS POLÍTICOS BRASILEIROS

MARIANI FERRI DE HOLANDA

marianiferri@gmail.com

INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIAIS E POLÍTICOS – IESP/UERJ

ÁREA TEMÁTICA – PARTIDOS E SISTEMAS PARTIDÁRIOS

TRABALHO PREPARADO PARA SUA APRESENTAÇÃO NO 9º
CONGRESSO LATINOAMERICANO DE CIÊNCIA POLÍTICA,
ORGANIZADO PELA ASSOCIAÇÃO LATINOAMERICANA DE
CIÊNCIA POLÍTICA (ALACIP)

MONTEVIDÉU/URUGUAI

26 A 28 JULHO/2017

RESUMO

Esse trabalho analisa os Manifestos ou Programas Partidários mais recentes e os Projetos de Lei apresentados pelas lideranças partidárias no decorrer da 54ª Legislatura da Câmara dos Deputados (2011-2015) do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), Democratas (DEM), Partido Progressista (PP), Partido da República (PR), Partido Social Cristão (PSC) e Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB). Pretendemos com esse estudo atestar a existência de uma identidade própria da direita e apontar diferenças programáticas importantes dentro desse espectro, o que valida a pertinência de uma classificação binomial desses partidos em duas famílias: partidos do “Neoliberalismo Pragmático” e partidos da novíssima direita, que aqui chamamos de “Conservadorismo não-elitizado”. A primeira família de partidos representa partidos mais institucionalizados, herdeiros de capital político pretérito e com ênfase em uma agenda economicista, ao passo que os partidos do “Conservadorismo não-elitizado” tematizam a moralidade tradicional, influenciados, sobretudo, mas não somente, pela retórica cristã. Para classificá-los, utilizamos o *software AtlasTi* para aplicar as categorias de direita e esquerda desenvolvidas pelo *Manifesto Research Group* aos documentos estudados, a fim de aferir a posição de cada partido no contínuo esquerda-direita. A partir da frequência das categorias observada em cada partido, estes são agrupados nas famílias de partidos supracitadas, ressaltando características comuns a esses grupos. Uma investigação sobre os pressupostos que permeiam a configuração da ideologia de direita no Brasil pode revelar padrões de comportamento explicativos da atual instabilidade político-partidária no país, sendo, portanto, relevante para uma compreensão mais acurada do papel desses atores no panorama político-institucional brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE: Partidos Políticos; Ideologia; Direita; Manifestos Partidários; Projetos de Lei

DUAS DIREITAS NO ESPECTRO IDEOLÓGICO DOS PARTIDOS POLÍTICOS BRASILEIROS

1. INTRODUÇÃO

Esse trabalho pretende contribuir para os estudos sobre ideologia, trazendo à discussão a pertinência de uma tipologia analítica binária para a classificação do espectro ideológico dos partidos de direita do Brasil: “Neoliberalismo Pragmático” e “Conservadorismo Não-elitizado”. Nos últimos anos é percebido um movimento de ressurgimento da direita como fator político capaz de oscilar a conjuntura estabelecida e confrontar a governabilidade da esquerda (Velasco e Cruz; Kaysel; Codas, 2015); que, desde o início dos anos 2000, no Brasil e na América Latina parecia figurar um domínio do cenário político-partidário (Panizza, 2006; Stoessel, 2014). Governos de centro-esquerda que emergiram na região com plataformas sociais robustas, apoio parlamentar estável e aumento significativo da bancada de seus correligionários, agora se impressionam com a consistência cada vez que maior com que partidos de direita vem colocando sua agenda na esfera pública.

Essas observações motivaram a proposta desse trabalho ao assumir que, primeiramente, há uma identidade própria da direita e que seu campo de atuação político não é restrito às esferas negadas pela esquerda. Consequentemente, há um discurso ideológico presente nos Manifestos ou Programas Partidários¹ de seus partidos e no comportamento de seus parlamentares. Diferenças nas finalidades programáticas e legislativas dos partidos políticos desse espectro apontam para a possibilidade da classificação de duas “famílias de partidos” (Ennsner, 2010) na direita brasileira: os “neoliberais pragmáticos” e os “conservadores não-elitizados”. Para tanto, analisamos os Manifestos ou Programas Partidários mais recentes² e os Projetos de Lei apresentados pelas lideranças partidárias³ no decorrer da 54ª Legislatura da Câmara dos Deputados

¹ Documentos programáticos dos partidos políticos; tido como uma plataforma que representa a imagem, o posicionamento do partido, uma vez que, ele seleciona uma agenda temática de acordo com suas preferências ou intenções.

² Os Manifestos dos seguintes partidos datam do ano de: Partido Social Cristão – PSC (1990, manifesto de fundação, único produzido pelo partido até então), Partido da República – PR (2006, manifesto de fundação), Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB (2007) e Partido do Renovador Trabalhista Brasileiro – PRTB (2013). Manifestos do Partido Progressista – PP – e do Democratas – DEM – não indicam suas datas de criação, mas consideramos as versões analisadas as mais atualizadas, por estarem nas páginas oficiais desses partidos como o sendo.

³ Lideranças partidárias na Câmara dos Deputados durante a 54ª legislatura (2011-2015): deputado Antônio Imbassahy, líder Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB); Mendonça Filho, líder do Democratas (DEM); Eduardo da Fonte, liderança do Partido Progressista (PP); Bernardo Vasconcellos, liderança do

(2011-2015) dos seguintes partidos: Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), Democratas (DEM), Partido Progressista (PP), Partido da República (PR), Partido Social Cristão (PSC) e Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB). Para o desenho dessa amostra levamos em consideração: 1) partidos mais relevantes e viáveis eleitoralmente (partidos com maior representatividade); 2) partidos que se originaram e/ou se consolidaram no espectro da direita ou à direita; 3) partidos que ganharam relevância midiática nacional lançando candidatos à Presidência na última eleição de 2014 e; 4) partidos que possuem/possuíam bancada expressiva na composição da coalizão do governo na legislatura estudada. Assim sendo, cada partido obedece respectivamente aos seguintes critérios: PSDB – 1,2 e 3; DEM – 1 e 2; PP – 1,2 e 4; PRTB – 2 e 3; PR – 1,2 e 4 e; PSC – 2 e 3.

As duas direitas têm em comum a defesa de princípios conservadores universais como defesa dos valores da família tradicional – patriarcal e heteronormativa – e das limitações impostas à liberdade pessoal, consagradas pela moral meritocrática e pelo ideal de prosperidade individual (*self made man*). Contudo, a “família de partidos” (Ennsner, 2010) do “Neoliberalismo Pragmático”, herdeira direta do capital político da Aliança Renovadora Nacional (Arena), depois Partido Democrático Social (PDS) – partido sustentáculo da Ditadura Militar (Kinzo, 1988) - e entusiasta e executora (aspecto pragmático) das medidas neoliberais na economia nos anos 1990/2000 (Mainwaring; Power; Meneguello, 2000; Tarouco; Madeira, 2010), difere-se do “Conservadorismo Não-elitizado” em alguns pontos fundamentais. Esse último, além de não ter o ônus dessas associações, aceitaria, pragmaticamente, as resoluções sociais implementadas pelos governos de esquerda, coabitando em suas bases aliadas – fenômeno matizado por um moralismo conservador, muitas vezes de viés religioso e com sustentáculo retórico e eleitoral nas classes menos abastadas e economicamente emergentes (caráter não-elitizado). No entanto, cabe ressaltar que o aspecto não-elitizado da base social de PR, PSC e PRTB ficará restrito ao plano da teoria desse trabalho. As limitações de alcance do recorte dos objetos analisados – manifestos partidários e os projetos de lei das lideranças – não nos permitem testar empiricamente a conformação da base social desses partidos.

O presente artigo é organizado em 4 partes. Depois da introdução, discutimos a metodologia utilizada no trabalho - *Manifesto Research Group* (MRG), seguindo a sugestão de Budge *et alli* (2001) – e apresentamos os resultados da análise dos Manifestos

Partido da República (PR); André Moura, líder do Partido Social Cristão (PSC) e; Aureo, líder do Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB).

Partidários. Na seção seguinte, repetimos o método e demonstramos os resultados para a análise dos Projetos de Lei e articulamos, a partir dos dados obtidos, os pontos de convergência e especificidade dos dois grupos de partidos. Na conclusão, reiteramos que a intensidade das preferências e práticas políticas e discursivas num contínuo neoliberal-conservador corroboram a validade da bifurcação apontada na direita por esse trabalho: “Neoliberalismo Pragmático” de inclinação majoritariamente neoliberal e “Conservadorismo não-elitizado” de tendência conservadora e religiosa.

2. MANIFESTOS PARTIDÁRIOS

Os Programas/Manifestos Partidários representam um veículo de comunicação através do qual os partidos políticos podem deliberadamente usar para formatar uma identidade junto a sua base ou podem displicentemente deixar escapar aspectos de seu posicionamento ideológico que não são amplamente vinculados por eles. Sua análise será feita utilizando a classificação desenvolvida pelo *Manifesto Research Group* (MRG)⁴, seguindo a sugestão de Budge *et alli* (2001), porém adaptando a escala proposta pelo MRG para nossa tipologia em dois grupos de partidos.

Essa metodologia apresenta as vantagens de utilizar fontes primárias; ter um alto nível de abrangência da análise; partir de uma classificação *a priori* das categorias aventadas, conferindo maior controle ao pesquisador, já que é ele quem parametriza a significação de cada uma delas; proporcionar uma observância direta e completa dos dados; possuir pequena margem para valoração do pesquisador; alto nível de confiabilidade dos dados; e controle das incertezas conhecido (Benoit; Laver, 2006: 89).

A análise textual dos manifestos é feita utilizando o método de codificação *quasi-sentence* (Werner; Lacewell; Volkens, 2014), atribuindo-se a cada uma dessas unidades, uma ou mais das 56 categorias estabelecidas pelo MRG. Uma *quasi-sentence* é uma oração que contém apenas uma mensagem. Em alguns casos, partidos fazem uma oração por frase, o que resulta em uma *quasi-sentence* ser igual a uma frase. Quando isso não ocorre e: 1) a frase contém duas sentenças não relacionadas; ou 2) duas sentenças

⁴ O *Manifesto Research Group* (MRG), vinculado ao *European Consortium for Political Research* (ECPR), foi lançado em 1979 com o propósito de estudar manifestos dos partidos europeus e resultou em um vasto banco de dados atualmente mantido pelo *Comparative Manifesto Project* (CMP), no *Wissenschaftszentrum*, em Berlim. O CMP reúne dados sobre posições políticas de 780 partidos em 54 países desde o pós-guerra, estimadas a partir das suas ênfases programáticas e conta com uma rede de pesquisadores associados em diversos países (Tarouco; Madeira, 2013:153).

relacionadas, mas de aspectos diferentes do mesmo domínio, as frases devem ser cortadas: 1) antes de ponto-e-vírgula; 2) quando for possível a divisão em palavras-chave que representem as categorias; e 3) antes de conectivos, de um modo geral. Por exemplo: “Nós resolveremos nossos estreitos laços com nossos vizinhos (107) | bem como os desafios enfrentados pelos pequenos empresários neste momento de dificuldades econômicas (402)”⁵ (ibidem, 2014:6) . Entre essas 56 categorias, O MRG (Budge *et alli*, 2001) seleciona 26 para compor a escala esquerda-direita (ver quadro 1).

Quadro 1 – Composição da escala esquerda-direita

Direita		Menos	Esquerda	
104	Forças Armadas: positivo		103	Anti-imperialismo: positivo
201	Liberdades e Direitos Humanos		105	Forças Armadas: negativo
203	Constitucionalismo: positivo		106	Paz: positivo
305	Autoridade Política: positivo		107	Internacionalismo: positivo
401	Livre Iniciativa: positivo		202	Democracia
402	Incentivos: positivo		403	Regulação do Mercado: positivo
407	Protecionismo: negativo		404	Planejamento Econômico: positivo
414	Ortodoxia Econômica: positivo		406	Protecionismo: positivo
505	Limitação do Welfare State		412	Economia controlada: positivo
601	Nacionalismo: positivo		413	Nacionalização: positivo
603	Moralidade tradicional: positivo		504	Expansão do Welfare State
605	Lei e Ordem: positivo		506	Expansão da Educação
606	Harmonia Social		701	Classes trabalhadoras: positivo

Fonte: Budge *et alli* (2001:56)

A posição de um partido no contínuo esquerda-direita – Índice *Rile* ou Escala *Rile* - é dada pela diferença entre a proporção de texto programático dedicada a categorias de direita menos a proporção dedicada a categorias de esquerda; assumindo, dessa forma,

⁵ Os valores 107 e 402 referem-se as categorias “Internacionalismo” e “Incentivos”, respectivamente. Cada um desses valores (categorias) é atribuído a uma frase (*quasi-sentence*) para a categorização dos programas partidários.

valores negativos os partidos de esquerda e valores positivos os partidos de direita. Num caso extremo, um manifesto inteiramente com categorias de esquerda teria valor -100 e o seu oposto análogo valor + 100 (Budge et alli, 2001).

Essas 26 categorias serão os parâmetros para análise dos Manifestos Partidários e dos Projetos de Lei do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), Democratas (DEM), Partido Progressista (PP), Partido da República (PR), Partido Social Cristão (PSC) e Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB). Para tanto, foi utilizado o *software* para análise de dados quantitativos *AtlasTI*. No programa foram inseridos cada um dos 6 manifestos/programas partidários (*documents*) e as 26 categorias de análise (*codes*). A partir de então, cada *quasi-sentence* (*quotes*) foi marcada, atribuindo-lhe um ou mais *codes*. O processo de categorização foi realizado de forma individual e autônoma entre os documentos, por isso os resultados são apresentados em relação à proporção de cada categoria por partido.

Tabela 1: Proporção (%) de cada categoria por manifesto partidário

Espectro	Categorias	Neoliberalismo Pragmático			Conservadorismo não-elitizado		
		PSDB	DEM	PP	PR	PSC	PRTB
Direita	Forças Armadas: positivo	0	0,05	0	0	0,014	0
	Liberdades e Direitos Humanos	0,016	0,3	0,083	0,125	0,18	0,2
	Constitucionalismo: positivo	0	0,05	0	0	0	0
	Autoridade Política: positivo	0,01	0	0	0	0	0
	Livre Iniciativa: positivo	0,042	0,05	0,083	0,094	0,014	0,2
	Incentivos: positivo	0	0	0	0	0	0
	Protecionismo: negativo	0,01	0	0	0	0	0
	Ortodoxia Econômica: positivo	0,196	0,05	0,083	0,032	0	0
	Limitação do Welfare State	0	0	0	0	0	0
	Nacionalismo: positivo	0,032	0	0,083	0,032	0	0
	Moralidade tradicional: positivo	0	0	0	0	0,07	0
	Lei e Ordem: positivo	0,021	0	0	0,032	0,028	0

Esquerda	Harmonia Social	0,058	0,1	0,17	0,125	0,014	0,1
	Subtotal	0,385	0,6	0,5	0,44	0,32	0,5
	Anti-imperialismo: positivo	0	0	0	0	0,015	0
	Classes trabalhadoras: positivo	0,032	0,05	0	0	0,056	0,1
	Democracia	0,09	0,25	0,16	0,063	0,07	0,1
	Economia controlada: positivo	0	0	0	0	0	0
	Expansão da Educação	0,053	0	0	0,063	0,056	0
	Expansão do Welfare State	0,09	0,05	0,16	0,094	0,17	0,1
	Forças Armadas: negativo	0	0	0	0	0	0
	Internacionalismo: positivo	0	0	0	0	0	0
	Nacionalização: positivo	0	0	0	0	0	0
	Paz: positivo	0	0,05	0	0	0,043	0
	Planejamento Econômico: positivo	0	0	0	0	0	0
	Protecionismo: positivo	0	0	0	0	0,03	0
	Regulação do Mercado: positivo	0	0	0	0	0	0
	Subtotal	0,265	0,4	0,32	0,22	0,44	0,3
	Não codificáveis (Outros)	0,35	0	0,18	0,34	0,24	0,2
	Total	1	1	1	1	1	1

Fonte: Elaboração própria

Na tabela 2, refazemos as proporções de texto desconsiderando a categoria “Outros/Não codificável” – partes de texto que não exprimem nenhum valor significativo, como por exemplo: “Esta é a hora de recomeçar, honrando o passado e vislumbrando um futuro promissor para a democrática República brasileira” (PR, 2006); ou que expressam valores não contemplados pelo escopo desse trabalho, como “Temos interesse direto na ampliação do leque das fontes de energia do mundo, incluindo o etanol. Ao mesmo tempo, participamos do interesse universal na regulação do uso da água e nas respostas à ameaça do aquecimento global” (PSDB, 2007).

Tabela 2: Proporção (%) relativa de cada categoria por manifesto partidário

Espectro	Categorias	Neoliberalismo Pragmático			Conservadorismo não-elitizado		
		PSBD	DEM	PP	PR	PSC	PRTB
Direita	Forças Armadas: positivo	0	0,05	0	0	0,018	0
	Liberdades e Direitos Humanos	0,024	0,3	0,1	0,19	0,24	0,25
	Constitucionalismo : positivo	0	0,05	0	0	0	0
	Autoridade Política: positivo	0,016	0	0	0	0	0
	Livre Iniciativa: positivo	0,065	0,05	0,1	0,14	0,018	0,25
	Incentivos: positivo	0	0	0	0	0	0
	Protecionismo: negativo	0,016	0	0	0	0	0
	Ortodoxia Econômica: positivo	0,3	0,05	0,1	0,05	0	0
	Limitação do Welfare State	0	0	0	0	0	0
	Nacionalismo: positivo	0,049	0	0,1	0,05	0	0
	Moralidade tradicional: positivo	0	0	0	0	0,095	0
	Lei e Ordem: positivo	0,032	0	0	0,05	0,04	0
	Harmonia Social	0,09	0,1	0,2	0,19	0,018	0,125
	Subtotal	0,592	0,6	0,6	0,67	0,429	0,625
Esquerda	Anti-imperialismo: positivo	0	0	0	0	0,018	0
	Classes trabalhadoras: positivo	0,049	0,05	0	0	0,074	0,125
	Democracia	0,138	0,25	0,2	0,095	0,093	0,125
	Economia controlada: positivo	0	0	0	0	0	0
	Expansão da Educação	0,081	0	0	0,095	0,074	0
	Expansão do Welfare State	0,14	0,05	0,2	0,14	0,22	0,125
	Forças Armadas: negativo	0	0	0	0	0	0

Internacionalismo: positivo	0	0	0	0	0	0
Nacionalização: positivo	0	0	0	0	0	0
Paz: positivo	0	0,05	0	0	0,055	0
Planejamento Econômico: positivo	0	0	0	0	0	0
Protecționismo: positivo	0	0	0	0	0,037	0
Regulação do Mercado: positivo	0	0	0	0	0	0
Subtotal	0,408	0,4	0,4	0,33	0,571	0,375
Total	1	1	1	1	1	1

Fonte: Elaboração própria

A partir dos resultados relativos apresentados na tabela 2, podemos fazer o cálculo da posição dos partidos na escala esquerda-direita.

Tabela 3: Cálculo da posição de cada partido na escala esquerda-direita – Escala *Rile*

Partido	% do texto de dedicado a categorias de Direita	% do texto de dedicado a categorias de Esquerda	Posição na escala (% de direita - % de esquerda)
PSDB	59,2	40,8	+ 18,4
DEM	60	40	+ 20
PP	60	40	+ 20
PR	67	33	+ 34
PSC	42,9	57,1	- 14,2
PRTB	62,5	37,5	+ 25

Fonte: Elaboração própria

Ordenando os manifestos pelos resultados da escala, temos que quase todos os partidos estudados encontram-se no espectro da direita, a exceção do PSC.

Quadro 2 – Escala Rile a partir da análise dos Manifestos

+ esquerda ----- + direita				
PSC	PSDB	DEM / PP	PRTB	PR
- 14,2	+ 18,4	+ 20	+ 25	+ 34

Fonte: Elaboração própria

Apesar desse teste colocar o PSC à esquerda, acreditamos que esse dado não nega a hipótese desse trabalho de considerá-lo nos marcos da direita porque o manifesto analisado, único confeccionado pelo partido, data da ocasião de sua criação, em 1989. Possivelmente animados pelos debates colocados pela Constituinte de 1988, os fundadores do PSC acabaram expressando uma grande preocupação com a “Expansão do *Welfare State*” e com a “Expansão da Educação”, valores tidos como de esquerda pelo modelo do MRG que representaram, respectivamente, 20% e 7% do documento partidário, inflexionando o partido para a esquerda.

Esses dados nos permitem criar um quadro para classificação dos partidos nas famílias propostas de acordo com as seguintes categorias:

Quadro 3 – Diferenças programáticas entre os partidos de direita

Categorias	Famílias de partidos	
	Neoliberalismo Pragmático	Conservadorismo não-elitizado
Comuns ao espectro da direita	201 Liberdades e Direitos Humanos	
	401 Livre Iniciativa: positivo	
	606 Harmonia Social	
	504 Expansão do <i>Welfare State</i>	
Específicas à cada família	104 Forças Armadas: positivo	603 Moralidade tradicional: positivo
	601 Nacionalismo: positivo	605 Lei e Ordem: positivo
	414 Ortodoxia econômica	701 Classes trabalhadoras: positivo

Fonte: Elaboração própria

“Liberdades e Direitos Humanos”, “Livre Iniciativa”, “Harmonia Social” e “Expansão do *Welfare State*” foram categorias comuns ao espectro da direita de acordo com os manifestos estudados; sendo que a denúncia da desigualdade social e a busca por uma justiça social condicionou a “Expansão do *Welfare State*” a ser um valor logrado pela direita brasileira, ao menos na dimensão do discurso; o que não deixa de representar uma especificidade da realidade político-social do país. Sobre essa última categoria, impressiona a robustez com que ela é mencionada por todos os partidos, chegando a figurar 20% dos conteúdos programáticos de PP e PSC.

A categoria “Expansão do *Welfare State*” foi acrescentada durante a análise como característica programática da direita porque foi percebida uma preocupação de todos os partidos em formar um discurso de conhecimento da realidade brasileira, ou seja, de ciência das desigualdades sociais do país. Comumente associados ao ideário da esquerda (Bobbio, 2011; Budge *et alli*, 2001), a preocupação com a justiça social, aparece nos documentos como a constatação de um problema, mas sem apontar causas ou propostas de solução. Não estamos propondo, contudo, que a direita brasileira pretenda-se igualitária ou redistributivista, mas que há uma agenda efetiva de apontar o reconhecimento dos problemas sociais brasileiros, ainda que essa só seja possível ser mapeada nesse trabalho na dimensão do discurso.

A pobreza, no Brasil, cerceia a liberdade de milhões de pessoas, sem que políticas compensatórias adequadas garantam a igualdade de oportunidades, o acesso aos bens de consumo básicos e à escolha livre de cada um pelo seu próprio destino. (PR, 2006).

Consecução de um sistema econômico livre, que favoreça a prática das regras de mercado, mas que tenha como objetivo maior o bem-estar dos brasileiros e a eliminação das desigualdades sociais; (PP, s/a)

O único partido que chega a formular propostas para promover uma maior justiça social é o PSC, no qual essa temática ocupa aproximadamente 30% de seu manifesto (expansão do *welfare* – 20% - e expansão da educação – 7%).

Estabelecer rígido sistema fiscal e tributário, visando a beneficiar, particularmente, as camadas e as regiões mais carentes.

Incentivar a criação ampla de programa de reforma agrária e adotar novas medidas de combate ao latifúndio improdutivo (PSC, 1990).

“Liberdades e Direitos Humanos” é outra categoria comum à direita e que se manifesta em todos os partidos; embora sem que se adentre na dimensão dos direitos humanos. Liberdade - entendida por poder de escolha e autonomia do indivíduo frente ao Estado - e a valorização da propriedade privada, como um direito do indivíduo, são valores basilares do pensamento de direita (Friedman, 1982; Hayek, 2010; Mises, 2010, Kirk, 2005), significativamente expressos no manifesto do Democratas (30%).

Pugnar pela expansão das perspectivas de vida do cidadão, de modo a permitir que um número cada vez maior de pessoas desfrute de oportunidades cada vez melhores e que os indivíduos possam ser livres para trabalhar e criar segundo suas aptidões, respeitando cada um o direito dos demais.

Perfilar o respeito ao direito de propriedade, com reconhecimento das responsabilidades sociais inerentes ao exercício desse direito, tendo em conta que o interesse individual não pode se sobrepor ao interesse coletivo (DEM, s/a).

A valorização da “Livre Iniciativa”, do mercado, da iniciativa privada encontra expressão em todos os partidos, ainda que apresente mais significância para PR (14%) e PRTB (25%). A relevância dada a esse aspecto pelo PR pode ser associada às suas origens liberais, heranças de PL e PRONA; de maneira próxima ao PRTB e suas origens anti-getulista do MRT – Movimento Trabalhista Renovador. “Harmonia Social” também é uma categoria presente em todas as análises, mas a robustez em que se sobrepõe no documento do PR (19%) impressiona.

“Forças armadas: positivo”, “Nacionalismo: positivo” e “Ortodoxia Econômica” foram categorias alocadas na família de partidos (Ennsner, 2010) do Neoliberalismo Pragmático. Enquanto, “Moralidade tradicional”, “Lei e Ordem” e “Classes Trabalhadoras” foram usadas para tipificar a família de partidos do Conservadorismo não-elitizado. À semelhança da categoria “Expansão do *Welfare State*”, a preocupação com as “Classes Trabalhadoras” salta à vista nessa análise por representar 7% do manifesto do PSC e 12,5% do PRTB. No caso do PRTB, essa categoria aparece relacionada ao que o partido chama de “trabalhismo participativo” – a defesa de uma postura propositiva dos trabalhadores, no qual o poder de barganha com seus patrões seja realizado em condições de igualdade e sem mediação de sindicatos e do Estado, balizados, então, pela dinâmica do mercado. Dito isso, uma categoria lograda pela esquerda adquire significação própria no contexto específico em que é mobilizada.

“Eficiência governamental”, administrativa e busca pelo “Crescimento econômico” concebido por meio de um Estado mínimo e tecnocrático – Ortodoxia Econômica - é um discurso presente no programa partidário do PSDB (30%), o que ilustra seu forte viés neoliberal (Guiot, 2010).

As categorias “Forças Armadas” e “Lei e Ordem”, que à primeira vista podem parecer equivalentes, exprimem valores diferentes. O fato do DEM mencionar e ainda reservar 5% do seu manifesto para valorizar a instituição das Forças Armadas, pode revelar um vestígio do passado autoritário de seus predecessores, PDS e ARENA, à semelhança da exaltação do nacionalismo (10%) no programa do PP. “Lei e Ordem” correspondem 5% do programa do PR representando uma preocupação canônica do pensamento conservador (Kirk, 2005).

“Moralidade tradicional”, especialmente cristã (neopetencostal), é uma categoria que se aplica exclusivamente ao PSC, único dos partidos assumidamente religioso (cristianismo protestante), reforçando, assim, um viés religioso no domínio do Conservadorismo Não-elitizado. Entretanto, mesmo que o PR tenha grande quantidade de religiosos em seus quadros, esse partido se esforça em não parecer um partido religioso, ao contrário do PSC, que faz questão de reforçar esse aspecto.

Por fim, “Defesa da Democracia” aparece em todas as análises com expressiva relevância. No entanto, essa é uma categoria especialmente sintomática do espectro ideológico do DEM (25%) e do PP (20%), possivelmente associada às suas necessidades de desvinculação de um histórico autoritário, no fenômeno que Tarouco e Madeira (2010) chamam de “a direita envergonhada”. No mesmo intuito, mas com propósito diferente, PSDB (13%) confere grande importância à formação de uma imagem histórica do partido; sendo que essa é utilizada para marcar sua posição enquanto oposição ao governo atual, exaltando os logros de seus governos quando na Presidência da República.

3. PROJETOS DE LEI

Os Projetos de Lei correspondem a um espaço privilegiado da atividade parlamentar, no qual os deputados têm a autonomia de arbitrar sobre a quantidade e o conteúdo apresentados, uma vez que, nem todos os projetos se tornarão leis. Essa prerrogativa também seria menos constrangida tematicamente do que o período eleitoral e o conhecimento imediato dos eleitores engendraria, além de não ser diretamente vinculada à barganha política de governo e oposição (Dias; Menezes; Ferreira, 2012). Nessa seção, analisamos, apenas, os Projetos de Lei apresentados pelos líderes partidários⁶ dos partidos estudados, na 54^o legislatura da Câmara dos Deputados (2011-2015). Esses Projetos correspondem aos deputados Antônio Imbassahy, líder do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB); Mendonça Filho, líder do Democratas (DEM); Eduardo da Fonte, liderança do Partido Progressista (PP); Bernardo Vasconcellos,

⁶Foram considerados por lideranças partidárias, os deputados que terminaram no cargo de líder do partido ao final da legislatura estudada, por falta de dados da movimentação das lideranças no decorrer desse período. Alguns parlamentares assumem pastas de ministérios ou se candidatam a cargos majoritários e se afastam da Câmara. Quando regressam reassumem seu posto de líder da bancada.

liderança do Partido da República (PR); André Moura, líder do Partido Social Cristão (PSC) e; Aureo⁷, líder do Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB).

Essa postura justifica-se frente a interpretação de que os projetos de lei podem assumir uma postura particularista, podendo o deputado legislar para um setor determinado da sociedade. Restringir o objeto de análise às lideranças partidárias diminuiria essa tendência (Dias; Menezes; Ferreira, 2012), porque os líderes são tidos como representantes de seus partidos: encaminhando o posicionamento de suas bancadas em votações, definindo a pauta dos trabalhos legislativos e sendo formalmente eleito por seus pares, tendendo, por fim, a serem mantidos ao longo de toda uma legislatura (Figueiredo; Limongi, 1999). Mesmo quando tais projetos reflitam o atendimento de demandas de uma clientela específica associada ao líder da bancada, consideramos que tal comportamento esteja em consonância com as diretrizes partidárias, sob pena de substituição da liderança em questão (ibidem, 1999).

A análise dos Projetos de Lei seguirá a mesma metodologia utilizada para a análise dos Manifestos. As 26 categorias de esquerda e direita do *Manifesto Research Group* (ver quadro 1) são empregadas no software *AtlasTi* sob a forma de *codes* (categorias de análise). Posteriormente, à cada projeto de lei é atribuído uma ou mais categorias. Dos 204 projetos analisados, foram considerados tanto os projetos de proposição individual da liderança, quanto de proposição coletiva. Os dados estão expressos em relação à incidência de projetos por categoria de análise e estão agrupados por partidos; consistindo o zero na não contemplação da categoria nos projetos. Em termos absolutos, foram analisados 10 projetos de lei do PSDB; 30 projetos do DEM; 72 projetos do PP, sendo que 28 foram de proposição individual do líder do partido, deputado Eduardo da Fonte, enquanto os 44 projetos restantes assinados pelo parlamentar são encaminhamentos da mesa diretora da Câmara, na qual o deputado fez parte à época; 20 projetos do PR; 40 projetos do PSC e 32 projetos do PRTB.

⁷Aureo migrou para o partido Solidariedade em 2014 e o PRTB ficou sem representação na Câmara até o término da 54ª legislatura. Na análise, no entanto, consideramos os projetos apresentados pelo parlamentar em 2014, mesmo não estando mais no PRTB, por entender que seu posicionamento político não se alterou no curto espaço de tempo e, portanto, ainda representaria o alinhamento liderança-partido.

Tabela 4: Proporção (%) de cada categoria por projeto de lei apresentado pela liderança

Espectro	Categorias	Neoliberalismo Pragmático			Conservadorismo não-elitizado		
		PSDB	DEM	PP	PR	PSC	PRTB
Direita	Forças Armadas: positivo	0	0	0	0	0,022	0,049
	Liberdades e Direitos Humanos	0	0,024	0,01	0	0	0
	Constitucionalismo: positivo	0	0	0	0	0	0
	Autoridade Política: positivo	0	0	0	0	0	0
	Livre Iniciativa: positivo	0,071	0,12	0,02	0,125	0,065	0,049
	Incentivos: positivo	0,071	0,214	0,04	0,083	0,043	0,024
	Protecionismo: negativo	0	0,048	0	0	0	0
	Ortodoxia Econômica: positivo	0	0,12	0	0,083	0	0
	Limitação do Welfare State	0	0,024	0	0	0	0
	Nacionalismo: positivo	0	0	0	0	0	0
	Moralidade tradicional: positivo	0	0	0,03	0	0,043	0,097
	Lei e Ordem: positivo	0,071	0,07	0,14	0,083	0,043	0,024
	Harmonia Social	0	0	0,04	0	0,022	0,024
	Subtotal	0,213	0,62	0,3	0,375	0,238	0,267
Esquerda	Anti-imperialismo: positivo	0	0	0	0	0	0
	Classes trabalhadoras: positivo	0,142	0,048	0,02	0,083	0,175	0
	Democracia	0	0,024	0,01	0	0	0
	Economia controlada: positivo	0	0	0	0	0	0
	Expansão da Educação	0	0,024	0,02	0	0,022	0
	Expansão do Welfare State	0,071	0	0,03	0	0,065	0
	Forças Armadas: negativo	0	0	0	0	0	0
	Internacionalismo: positivo	0	0	0	0	0	0
	Nacionalização: positivo	0	0	0	0	0	0

Paz: positivo	0	0	0	0	0	0
Planejamento Econômico: positivo	0	0,024	0	0	0	0
Protecionismo: positivo	0	0	0,01	0	0	0
Regulação do Mercado: positivo	0	0,048	0,03	0	0,043	0,123
Subtotal	0,213	0,168	0,13	0,083	0,305	0,123
Direito do consumidor	0,021	0,024	0,13	0	0,043	0,097
Tributação	0,143	0,07	0,055	0	0,043	0,073
Não codificáveis (Outros)	0,574	0,212	0,57	0,542	0,457	0,61
Total	1	1	1	1	1	1

Fonte: Elaboração própria

Na tabela 5, refazemos as proporções de texto desconsiderando a categoria “Outros/Não codificável” – partes de texto que não exprimem nenhum valor significativo, como o projeto de lei nº 1141 de 2011 que “denomina “Rodovia José Alencar” o trecho da rodovia BR-381 Norte, entre as cidades de Belo Horizonte a Governador Valadares, no Estado de Minas Gerais” (PL 1141-2011), de autoria do deputado Bernardo Vasconcellos – líder do PR; ou que expressam valores não contemplados pelas categorias de análise desse trabalho, a exemplo do projeto de lei nº 845 de 2011 que “dispõe sobre a elaboração de estudo de impacto ambiental para o licenciamento de antenas estações rádio-base de celulares” (PL 845-2011), de autoria do deputado Aureo, liderança do PRTB. Dentro da categoria “Outros”, cabe ressaltar a recorrência de temas correlatos à tributação e à direitos do consumidor. Sobre tributação, muitos projetos versam sobre a desoneração do imposto de renda e sobre a concessão de isenção à determinadas categorias de trabalhadores; chegando a representar 14,3% da proposição legislativa do líder do PSDB, Antônio Imbassahy. No que tange às resoluções sobre “direitos do consumidor”, os projetos preveem regulação das relações de mercado; sendo uma preocupação recorrente do deputado Eduardo da Fonte, com 13% da sua proposição legislativa reservada a essa temática.

Altera a Lei nº 9250, de 1995, excluindo o teto limitativo das despesas com instrução do Imposto de Renda Pessoa Física e acrescentando como despesas dedutíveis do IRPF, os gastos com cursos de idiomas, artes e informática. Altera a Lei nº 9250, de 1995, excluindo o teto limitativo das despesas com instrução do Imposto de Renda Pessoa Física e acrescentando como despesas dedutíveis do IRPF, os gastos com cursos de idiomas, artes e informática. (PL 5600-2013, autoria do deputado Antônio Imbassahy – PSDB, s/p)

Isenta do Imposto sobre Produtos Industrializados os veículos adquiridos por bombeiros e policiais militares, na forma que estabelece. (PL 2975-2011, autoria do deputado Áureo - PRTB, s/p)

Proíbe a cobrança da taxa de reserva, ou taxa de matrícula, cobrado antecipadamente, anterior à prestação dos serviços educacionais, com vistas a garantir a vaga do aluno no ano letivo seguinte. (PL 2959-2011, autoria do deputado André Moura - PSC, s/p).

Altera a Código de Defesa do Consumidor para disciplinar o pagamento dos documentos de cobrança e para permitir o consumidor escolher o banco para pagamento de suas faturas. (PL 713-2011, autoria do deputado Eduardo da Fonte - PP, s/p)

Tabela 5: Proporção (%) relativa de cada categoria por projeto de lei

Espectro	Categorias	Neoliberalismo Pragmático			Conservadorismo não-elitizado		
		PSDB	DEM	PP	PR	PSC	PRTB
Direita	Forças Armadas: positivo	0	0	0	0	0,04	0,125
	Liberdades e Direitos Humanos	0	0,03	0,026	0	0	0
	Constitucionalismo: positivo	0	0	0	0	0	0
	Autoridade Política: positivo	0	0	0	0	0	0
	Livre Iniciativa: positivo	0,167	0,16	0,051	0,272	0,12	0,125
	Incentivos: positivo	0,167	0,27	0,102	0,182	0,08	0,0625
	Protecionismo: negativo	0	0,06	0	0	0	0
	Ortodoxia Econômica: positivo	0	0,15	0	0,182	0	0
	Limitação do Welfare State	0	0,03	0	0	0	0
	Nacionalismo: positivo	0	0	0	0	0	0
	Moralidade tradicional: positivo	0	0	0,077	0	0,08	0,25
	Lei e Ordem: positivo	0,167	0,09	0,334	0,182	0,08	0,0625
	Harmonia Social	0	0	0,102	0	0,04	0,0625
	Subtotal	0,501	0,79	0,692	0,818	0,44	0,6875
Esquerda	Anti-imperialismo: positivo	0	0	0	0	0	0
	Classes trabalhadoras: positivo	0,333	0,06	0,051	0,182	0,32	0
	Democracia	0	0,03	0,026	0	0	0
	Economia controlada: positivo	0	0	0	0	0	0
	Expansão da Educação	0	0,03	0,051	0	0,04	0
	Expansão do Welfare State	0,166	0	0,077	0	0,12	0
	Forças Armadas: negativo	0	0	0	0	0	0

Internacionalismo: positivo	0	0	0	0	0	0
Nacionalização: positivo	0	0	0	0	0	0
Paz: positivo	0	0	0	0	0	0
Planejamento Econômico: positivo	0	0,03	0	0	0	0
Protecionismo: positivo	0	0	0,026	0	0	0
Regulação do Mercado: positivo	0	0,06	0,077	0	0,08	0,3125
Subtotal	0,499	0,21	0,308	0,182	0,56	0,3125
Total	1	1	1	1	1	1

Fonte: Elaboração própria

Desconsiderando valores não apreciados pelas categorias de direita e esquerda do modelo (tabela 5), calculamos a posição dos partidos na escala esquerda-direita através da proporção de projetos de lei abarcados por categorias contemplativas de cada um dos espectros ideológicos.

Tabela 6: Cálculo da posição de cada partido na escala esquerda-direita – Escala *Rile*

Partido	% Projetos de Lei abarcados por categorias de Direita	% Projetos de Lei abarcados por categorias de Esquerda	Posição na escala (% de direita - % de esquerda)
PSDB	50,1	49,9	+ 0,2
DEM	79	21	+ 58
PP	69,2	30,8	+ 38,4
PR	81,8	18,2	+ 63,6
PSC	44	56	- 12
PRTB	68,75	31,25	+ 37,5

Fonte: Elaboração própria

Quadro 4 – Escala *Rile* a partir da análise dos Projetos de Lei

+ esquerda ----- + direita					
PSC	PSDB	PRTB	PP	DEM	PR
- 12	+ 0,2	+ 37,5	+ 38,4	+ 58	+ 63,6

Fonte: Elaboração própria

À semelhança do que ocorreu na análise dos manifestos, os testes realizados com os projetos de lei também colocaram o PSC à esquerda. Cabe reiterar que esse resultado discrepante do esperado não deve contrariar a hipótese do trabalho de considerá-lo como

um partido de direita. A divergência se deve a limitações na aplicação do método. A categoria “Classes Trabalhadoras” relacionada ao espectro da esquerda no modelo do MRG representa, por exemplo, 32% dos projetos de lei apresentados pelo líder do PSC, deputado André Moura. No entanto, ao invés de versar sobre a consolidação de direitos trabalhistas como a categoria leva a supor, André Moura apresenta uma série de projetos de lei para fixação do piso salarial nacional de categorias como radialistas, jornalistas e corretores de imóveis.

Os conteúdos contidos nos Projetos de Lei apontaram resultados diferentes aos que se previa como características da produção legislativa de partidos de direita. Por isso, é pertinente reformular o quadro proposto na seção anterior (quadro 3) sobre as categorias constituintes de cada uma das famílias de partidos aventadas:

Quadro 5 - Diferenças programáticas entre os partidos de direita

Categorias	Famílias de partidos	
	Neoliberalismo Pragmático	Conservadorismo não-elitizado
Comuns ao espectro da direita	401 Livre Iniciativa: positivo	
	402 Incentivos: positivo	
	403 Regulação do Mercado: positivo	
	605 Lei e Ordem: positivo	
	701 Classes trabalhadoras: positivo	
Específicas à cada família	201 Liberdades e Direitos Humanos	104 Forças Armadas: positivo
	202 Democracia	603 Moralidade tradicional: positivo
	504 Expansão do Welfare State	606 Harmonia Social

Fonte: Elaboração própria

“Livre Iniciativa” foi a única categoria comum ao espectro da direita que se manteve da análise dos manifestos como categoria compartilhada pelas duas famílias de partido. A diferença entre os objetos de análise e a especificidade dos projetos de lei terem necessariamente uma intencionalidade prática explica, em parte, a disparidade de abordagem temática entre os manifestos partidários e os projetos de lei. “Livre Iniciativa” apresenta significância em todos os partidos, mas é especialmente premente à PR, PSDB

e DEM em que figura 27,2%, 16,7% e 16,0%, respectivamente. A categoria “Incentivos” é igualmente relevante para todos os partidos e permanece presente com mais robustez em DEM – 27%, PR – 18,2% e PSDB – 16,7%.

“Regulação do mercado” é uma categoria atribuída à esquerda pelo modelo do MRG, mas que aparece como uma agenda dos partidos de direita sob a forma de regulamentação na prestação de serviços ao consumidor. Importante frisar que essa categoria constitui 31,25% dos projetos de lei apresentados pelo deputado Aureo, líder do PRTB.

Acrescenta o art. 78-A à Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para estabelecer regras acerca da oferta, pelas prestadoras dos serviços de telecomunicações, de relatórios detalhados dos serviços prestados (PL 1344-2011, autoria do deputado Aureo – PRTB, s/p)

Regulamenta o funcionamento das agências classificadoras de risco (Agências de Rating) no Brasil e estabelece a responsabilidade civil e penal pela emissão de classificação de riscos. (PL 4707-2012, autoria do deputado Eduardo da Fonte – PP, s/p)

“Lei e Ordem”, uma categoria delegada à família de partidos do Neoliberalismo Pragmático na análise dos manifestos, aqui apresenta trânsito comum ao espectro da direita. Atribuída à projetos que se propõem a aumentar o tempo de penas e a endurecer a tipificação de crimes, correspondem a 33,4% dos projetos de lei do PP, 18,2% do PR e 16,7% do PSDB.

Altera a redação o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) para aumentar o tempo de internação e prever a reincidência em caso de ato infracional equivalente a crime hediondo e elevar a pena para o crime de corrupção de menor (PL 5524-2013, de autoria do deputado Eduardo da Fonte – PP, s/p)

Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, regulando o porte de arma funcional dos integrantes dos órgãos referidos nos incisos do caput do art. 144 da Constituição Federal, e permitindo a doação de armas de fogo, acessórios e munição apreendidas para as polícias civil, federal e militar, visando o combate ao crime e dá outras providências. (PL 6970-2013, autoria do deputado Bernardo Vasconcellos – PR, s/p)

Define os Crimes de Pedofilia, alterando a especificação temática do Capítulo II do Título VI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal; o inciso VI da Lei 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos; acrescenta o art.241-F à Lei nº 8.069 de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente e cria o Cadastro Nacional de Pedófilo (PL 2624-2011, autoria do deputado Antônio Imbassahy – PSDB, s/p)

“Classes trabalhadoras” é outra categoria atribuída à esquerda pelo modelo utilizado, mas que expressa uma preocupação da direita segundo as análises realizadas. Essa categoria representa 33,3% dos projetos do PSDB e 18,2% dos projetos do PR e

constituem proposições para o atendimento de demandas setoriais, mais do que a promoção da consolidação de direitos trabalhistas.

Dispõe sobre a política de valorização do piso salarial profissional nacional dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias (PL 7743-2014, autoria do deputado Antônio Imbassahy – PSDB, s/p)

Dispõe sobre o penhor rural de madeira, produtos madeireiros e demais produtos da floresta plantada (PL 83-2011, autoria do deputado Bernardo Vasconcellos – PR, s/p)

No bojo das categorias que se relacionam a famílias de partidos em específico, “Liberdade e Direitos Humanos”, “Democracia” e “Expansão do *Welfare*” são valores que aparecem com mais intensidade nos partidos do Neoliberalismo Pragmático, ao passo que “Forças Armadas”, “Moralidade Tradicional” e “Harmonia Social” são mais frequentes ao domínio do Conservadorismo não-elitizado.

“Liberdade e Direitos Humanos” é abordada no escopo do Neoliberalismo Pragmático com um enfoque de agravamento de penas por ações que violem a dignidade da pessoa humana (DEM) e, por vezes, permeado por uma concepção conservadora sobre os direitos humanos e sobre a preservação dessa dignidade (PP).

Dá nova redação ao artigo 136 do Decreto-Lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), que tipifica a conduta de maus-tratos, agravando as penas cominadas, dentre outras providências. (PL 6074-2013, autoria do deputado Mendonça Filho – DEM, s/p)

Altera o art. 29 do Decreto-Lei nº 891, de 1938, que prevê a possibilidade de internação compulsória de dependentes de drogas ou álcool. (PL 3365-2012, de autoria do deputado Eduardo da Fonte – PP, s/p)

“Apreço pela democracia”, também classificado pelo Manifesto como um valor de esquerda, aparece nessa análise nos termos da consolidação de instrumentos para conferir lisura às instituições políticas.

Estabelece a obrigatoriedade de identificação das doações realizadas às pessoas físicas. (PL 7171-2014, autoria do deputado Mendonça Filho – DEM, s/p)

Torna-se inafiançável crimes cometidos contra Comissões Parlamentares de Inquérito (PL 8092-2011, MESA e coparticipação do deputado Eduardo da Fonte – PP, s/p)

“Expansão do *Welfare*” é expressa nos projetos de lei através do aprofundamento de políticas sociais ou de mecanismos que reverberem com impacto social, chegando a figurar 16,6% dos projetos apresentados pelo líder do PSDB e 7,7% dos projetos apresentados pela liderança do PP.

Altera a Lei nº 12.382, de 25 de fevereiro de 2011, com o objetivo de estender o prazo referente à política de valorização do salário mínimo e, consequentemente, o seu aumento real, mantendo os índices de correção vigentes. (PL 7469-2014, autoria do deputado Antônio Imbassahy – PSDB, entre outros, s/p)

Estabelece a inscrição automática dos beneficiários do Programa Bolsa Família na Tarifa Social de Energia Elétrica. (PL 3419-2012, do deputado Eduardo da Fonte – PP, s/p)

Pelo campo do Conservadorismo não-elitizado, a positivação das “Forças Armadas” revela uma propensão à militarização da segurança pública, seja através da valorização das carreiras desses setores, seja por meio da proteção jurídica às infrações cometidas por eles; correspondendo à 12,5% da proposição legislativa do líder do PRTB no período.

Dispõe sobre a promoção de policiais militares reformados por invalidez permanente resultante de lesão ou enfermidade adquiridas em consequência do exercício da função policial. (PL 1906-2011, autoria do deputado Aureo – PRTB, s/p)

Concede anistia aos policiais e bombeiros militares do Estado de Sergipe punidos por participar de movimentos reivindicatórios. (PL 3635-2012, autoria do deputado André Moura – PSC, s/p)

“Moralidade tradicional” representa 25% dos projetos de lei apresentados pelo líder do PRTB e 8% do PSC, no qual o conteúdo dessa categoria pode ser ilustrado pelo projeto de lei 5069-2013, de autoria do deputado Eduardo Cunha e com assinatura das lideranças dos dois partidos, Aureo – PRTB e André Moura – PSC, que criminaliza a tentativa de aborto.

Acrescenta o art. 127-A ao Decreto-Lei no. 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal

Art. 127-A. Anunciar processo, substância ou objeto destinado a provocar aborto, induzir ou instigar gestante a usar substância ou objeto abortivo, instruir ou orientar gestante sobre como praticar aborto, ou prestar-lhe qualquer auxílio para que o pratique, ainda que sob o pretexto de redução de danos: Pena: detenção, de quatro a oito anos. (PL 5069-2013, de autoria do deputado Eduardo Cunha e assinatura dos deputados Áureo – PRTB – e André Moura – PSC, s/p)

“Harmonia Social”, por fim, contempla projetos que visam coibir comportamentos agressivos e que ofereçam riscos à coletividade.

Proíbe a veiculação de artigos, vídeos e informativos que utilizem imagens e ilustrações na internet com o objetivo de promover ensinamentos e incentivos à violência. (PL 1205-2011, autoria do deputado André Moura – PSC, s/p)

4. CONCLUSÃO

A análise dos Manifestos Partidários e Projetos de Lei das lideranças de PSDB, DEM, PP, PR, PSC e PRTB permitiu provar nossa hipótese preliminar de que existe uma identidade própria da direita. A média das duas Escalas *Rile* (quadro 7) atesta a validade da nossa tese em considerar os partidos analisados como de direita, à exceção do PSC.

Quadro 6 – Escala *Rile* média dos resultados das duas análises

+ esquerda -----						+ direita
Partidos	PSC	PSDB	PP	PRTB	DEM	PR
Manifestos	- 14,2	+ 18,4	+ 20	+ 25	+ 20	+ 34
Projetos de lei	- 12	+ 0,2	+ 38,4	+ 37,5	+58	+ 63,6
Média	- 13,1	+ 9,3	+ 29,2	+ 31,25	+ 39	+ 48,8

Fonte: Confeção própria

O PSC é o único partido que apresenta valores médios de esquerda de acordo com os resultados das duas análises. Podemos creditar às limitações dos objetos abordados o resultado não previsto para o PSC. O manifesto analisado, único confeccionado pelo partido, data da ocasião de sua criação, em 1989. Possivelmente animados pelos debates colocados pela Constituinte de 1988, os fundadores do PSC acabaram expressando uma grande preocupação com a “Expansão do *Welfare State*” e com a “Expansão da Educação”, valores tidos como de esquerda pelo modelo do MRG, inflexionando o partido para a esquerda. Da mesma forma com os Projetos de Lei, a categoria “Classes Trabalhadoras”, relacionada à esquerda no modelo, representa quase um terço dos projetos apresentados pelo líder do partido no período analisado; e que na prática significam o atendimento de demandas setoriais e não a defesa da consolidação e expansão de direitos trabalhistas. Uma adaptação do modelo utilizado seria pertinente nesse caso, seguindo as recomendações de Tarouco e Madeira (2013), bem como a adoção de uma metodologia própria, como o fizeram Dias, Menezes e Ferreira (2012).

O PSDB apresenta maior proporção de texto e projetos dedicados ao fomento da livre iniciativa sob uma ótica ortodoxa da economia, indo ao encontro do é postulado por uma direita neoliberal no que se refere ao Neoliberalismo Pragmático. A “Expansão do *Welfare State*” lograda no Manifesto do partido aparece sob a forma de propaganda política ao exaltar os feitos do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002),

Presidente da República pelo PSDB. “Classes Trabalhadoras” é outra categoria de esquerda que representa um grande montante de projetos de lei e revela uma produção legislativa focalizada em apelos setoriais e não em proposições universalistas de direitos do trabalho.

O DEM também contempla os aspectos imputados à família de partidos do Neoliberalismo Pragmático; especialmente notáveis através da contundência com que propõe projetos de lei versando sobre a necessidade de fortalecer a “Livre Iniciativa” e de conceber “Incentivos” – sobretudo fiscais – à determinadas atividades privadas. Já no Manifesto partidário, expressa-se uma outra faceta do Neoliberalismo Pragmático – partidos consolidados no cenário político e com o estigma de vinculação prévia com regimes autoritários. Justifica-se, dessa forma, a abordagem exaustiva de categorias como “Liberdade e Direitos Humanos” e “Apreço pela Democracia”.

O PP, à semelhança do DEM, faz um esforço em seu Manifesto para desprender-se de seu passado autoritário de partido alicerce da Ditadura Militar trazendo agendas mais inclusivas, como a de “Liberdade e Direitos Humanos” e da “Harmonia Social”. Nos projetos de lei, o partido não foge à regra do Neoliberalismo Pragmático ao apresentar uma abordagem neoliberal da economia ao propor vários projetos que concedem “Incentivos” fiscais à iniciativa privada. Podemos supor, ainda, que o PP manteve resquícios de sua moral discricionária ao conferir muita importância à projetos de lei que visam endurecer penalidades ou aumentar a tipificação de crimes.

O PR, correligionário do que chamamos nesse trabalho de família de partidos do Conservadorismo não-elitizado, apresenta em seu Manifesto preocupação com “Liberdade e Direitos Humanos”, “Harmonia Social” e “Expansão do *Welfare State*”. Cabe a extrapolação de que essa agenda trazida pelo partido se fundamenta na matriz cristã protestante ao qual ele é vinculado. Contudo, o partido empenha-se em não passar uma imagem de partido religioso; ao contrário do PSC, que se esforça na direção oposta. No tocante aos projetos de lei, sobressaem-se proposições referentes à concessão de “Incentivos” fiscais à iniciativa privada e ao robustecimento de penas, revelando uma moral social conservadora.

O PRTB apresenta a maior parte de seu Manifesto dedicada à “Liberdade e Direitos Humanos”, “Livre Iniciativa” e “Harmonia Social”. À semelhança do PR, a agenda abordada pelo PRTB indica relação com a linha religiosa dominante no partido – cristã católica. Sobre os projetos de lei, a grande maioria tematiza sobre “Forças

Armadas”, “Livre Iniciativa” e “Moralidade Tradicional” – reiterando a importância do aspecto religioso no partido.

Em todos os partidos é possível identificar traços comuns do que se caracteriza como uma identidade mínima da direita, principalmente no que se refere à visão ortodoxa da economia; sendo essa, inclusive, a única categoria que apareceu de forma significativa em todos os partidos nas duas análises. O que os diferencia é, de um lado, a institucionalização dos partidos e o enfoque mais economicista pela família de partidos do Neoliberalismo Pragmático – PSDB, DEM e PP – e por outro, a valorização de uma agenda relacionada à moralidade tradicional, matizada pela influência do discurso cristão na família de partidos do Conservadorismo Não-elitizado – PR e PRTB.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BENOIT, Kenneth. & LAVER, Michael. **Party Policy in Modern Democracies**. New York: Routledge. 2006.
- BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda**: Razões e significados para uma distinção política. São Paulo: UNESP, 2011.
- BUGDE, Ian; KLINGEMANN, Hans-Dieter; VOLKENS, Andrea *et alli*. **Mapping Policy Preferences**: Parties, Electors and Governments: 1945-1998. Oxford: Oxford University Press, 2001.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Lideranças e Bancadas**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/deputados/liderancas-e-bancadas/bancadas/bancada-na-posse>. Acesso em: 3 jul. 2016.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Proposições**. Disponível em: <http://www.camara.leg.br/buscaProposicoesWeb/pesquisaSimplificada>. Acesso em: 29 out. 2016.
- CODATO, Adriano; BOLOGNESI, Bruno; ROEDER, Karolina Mattos. A nova direita brasileira: uma análise da dinâmica partidária e eleitoral do campo conservador. In: VELASCO E CRUZ, Sebastião; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (org.). **Direita, volver !** O retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015, p. 115-143.
- DEMOCRATAS. **Princípios dos Democratas**. s/a. Disponível em: <http://www.dem.org.br/wp-content/uploads/2011/01/Principios-do-Democratas.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2016.
- DIAS, Márcia; MENEZES, Daiane; FERREIRA, Geison. **A quem serve o Graal?** Um estudo sobre a classificação ideológica dos partidos políticos através de seus projetos de lei na Alergs (2003 a 2006). Porto Alegre: Civitas. vol. 12, n. 2, 2012, p. 209-235.
- ENNSER, Laurenz. **The homogeneity of West European party families**: the radical right in comparative perspective. *Party Politics*, v.18, n.2, 2010, p. 151-171.
- FIGUEIREDO, Argelina; LIMONGI, Fernando. Bases institucionais do presidencialismo de coalizão. In: **Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional**. Rio de Janeiro: FGV, 1999, pp. 19-39.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e liberdade**. São Paulo: Nova Cultura, Coleção Os Economicistas, 1982.

GUIOT, André Pereira. **A construção da ideologia neoliberal no PSDB (1988-1994)**. In: ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH-RIO: MEMÓRIA E PATRIMÔNIO, 14, 2010, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: UNIRIO, 2010. Disponível em: http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276606395_ARQUIVO_AconstrucaodaideologianeoliberalnoPSDB_1988-1994_.pdf. Acesso em: 4 maio 2016.

HAYEK, Friedrich. **O caminho da servidão**. 6.ed. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

KINZO, Maria D'Alva Gil. **Oposição e autoritarismo: gênese e trajetória do MDB (1966-1979)**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988.

KIRK, Russel. **The Conservative Mind**. Alabama: Alabama Policy Institute, 2005.

MAINWARING, Scott; POWER, Timothy; MENEGUELLO, Rachel. **Partidos conservadores no Brasil contemporâneo: quais são, o que defendem, quais são suas bases**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

MISES, Luwig von. **Ação Humana: um tratado de economia**. 3.ed. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

PANIZZA, Francisco. **La Marea Rosa**. Análise de Conjuntura Opa, 2006.

PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA. **Novo Programa do PSDB**. 2007. Disponível em: http://static.psdb.org.br/wp-content/uploads/2010/04/Programa_PSDB_2007.pdf. Acesso em: 05 jul. 2016.

PARTIDO DA REPÚBLICA. **Manifesto do Partido da República**. 2006. Disponível em: <http://www.partidodarepublica.org.br/partido/manifesto.html>. Acesso em: 05 jul. 2016.

PARTIDO PROGRESSISTA. **Programa Partidário**. s/a. Disponível em: <http://www.pp.org.br/textos/453/27435/ProgramaPartidario/?sIT=119032>. Acesso em: 05 jul. 2016.

PARTIDO RENOVADOR TRABALHISTA BRASILEIRO. **Programa**. 2013. Disponível em: <http://prtb.org.br/2013/01/10/programa/>. Acesso em: 05 jul. 2016.

PARTIDO SOCIAL CRISTÃO. **Histórico.** Disponível em: <http://www.psc.org.br/site/partido-social-cristao/historico.html>. Acesso em: 05 jul. 2016.

STOESSEL, Soledad. **Giro à esquerda na América Latina do século.** Revisitando os debates acadêmicos. Santiago: Polis, vol. 13, n. 39, p. 123-149, 2014

TAROUCO, Gabriela; MADEIRA, Rafael. **A “direita envergonhada” no Brasil:** como partidos reinterpretam seus vínculos com o regime militar? Buenos Aires: V Congresso Latino-americano de Ciência Política, ALACIP, de 28 a 30 de jul. 2010.

_____. **Partidos, Programas e o Debate sobre esquerda e direita no Brasil.** Curitiba: Sociologia Política, vol. 21, n. 45, mar. 2013, p. 149-165.

WERNER, Annika; LACEWELL, Onawa; VOLKENS, Andrea. **Manifesto Coding Instructions (5th revised edition).** mar. 2014. Disponível em: https://manifestoproject.wzb.eu/down/papers/handbook_2014_version_5.pdf. Acesso em: 11 dez. 2015.